



Estratégias para a Inovação e Empreendedorismo

Ecossistemas Regionais de Inovação, por meio do Empreendedorismo de Base Tecnológica e empresas *Startups* de Classe Mundial

“Visão de Futuro (2022), Competitividade & Inovação”

CONIC

Conselho Superior de Inovação e Competitividade da FIESP

São Paulo, Outubro de 2014

Sumário

Sumário executivo	2
1. Introdução	5
2. Diretrizes Gerais	6
2.1 Contexto Geral	6
2.2. Cultura de Inovação para os Ecossistemas Regionais de Inovação	8
3. Necessidade de uma Mobilização Nacional	9
4. Recomendações.....	10
5. Conclusões.....	11
Anexo	13

Sumário executivo

A inovação é crucial para o desenvolvimento econômico sustentável, para a competitividade e a resiliência industrial. Ainda que alguns estudos mostrem o Brasil com enorme potencial para a inovação e o empreendedorismo, as atuais políticas e práticas no país ainda não produziram os resultados desejados para estimular e apoiar a inovação nas organizações e instituições brasileiras.

O Brasil precisa de um projeto nacional de desenvolvimento que tenha entre suas metas tornar o país desenvolvido num curto período de tempo, isto é, que o país dobre até 2034 a atual renda *per capita* de US\$ 10,3 mil para US\$ 20 mil (o nível de entrada para o país ser considerado uma economia desenvolvida) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de no mínimo 0,809 (atualmente está em 0,718, que coloca o país na 84ª posição mundial no *ranking* de IDH - 2011). Para se atingir estas metas, precisamos crescer o PIB Per Capita em 3,5% ao ano, o que corresponde ao aumento do PIB em 4% ao ano, de forma sustentada durante os próximos 20 anos.

A história econômica do Brasil sempre apresentou grande sucesso com a produção e exportação de *commodities*, fruto de vantagens comparativas e da aplicação continuada de políticas públicas específicas para este setor. No entanto, a participação de produtos de média e alta tecnologia na balança comercial brasileira vem apresentando déficits crescentes e em valores preocupantes nos últimos anos. Por outro lado, sete em cada dez empreendedores brasileiros iniciaram uma nova empresa em 2013 motivados por uma oportunidade de negócio e não para a sobrevivência por falta de emprego regular. Desponta uma geração de jovens que desejam empreender e devem ser incluídos de forma sistêmica no desenvolvimento econômico do país, como estão fazendo EUA e Israel, para citar apenas dois exemplos, com a adoção de políticas públicas de fomento e regulatórias específicas para o empreendedorismo de base tecnológica.

Estamos diante de um cenário econômico, social e ambiental caracterizado por mudanças exponenciais. Torna-se necessário examinar as causas que têm inibido o Brasil de realizar seu potencial como líder inovador, na velocidade que a competição atual demanda. Precisamos, estabelecer um plano de ação a ser executado pelos *stakeholders* do sistema nacional de inovação e que tenha como objetivo principal criar uma estrutura robusta de estímulo às *startups* e ao empreendedorismo em condições de concorrer com os maiores ecossistemas regionais de inovação do mundo.

O estudo sistemático de ecossistemas regionais de inovação, como o do Vale do Silício, mostra elementos estruturais da cultura de inovação que produz resultados relevantes em escala mundial. Essa região geográfica recebe mais de 40% de todo o capital de risco voltado à inovação nos EUA. Países como a Finlândia, Dinamarca, Israel, Noruega, Coreia do Sul, Irlanda, Suíça, Índia, Cingapura, Alemanha, Polônia, Rússia, Chile, Japão entre outros mantêm centros de inovação e/ou equipes voltadas à inovação no Vale do Silício.

Diretrizes gerais para cultivar Ecossistemas de Inovação

- ✓ A cultura de inovação é a pedra angular para alavancar o desenvolvimento sustentável no Brasil.

- ✓ Promoção das *startups* como a nova força motora do desenvolvimento do Brasil, tanto pela geração direta de riqueza e emprego, como por sua participação na cadeia de valor das médias e grandes empresas.
- ✓ Urge constituir forças-tarefas de mobilização para promover mudanças paradigmáticas.
- ✓ Ecossistemas regionais de empreendedorismo de alto impacto devem ser suportados por políticas públicas formuladas e acionadas de forma compartilhada por todas as partes interessadas.

Recomendações para uma mobilização nacional

Acredita-se que os indivíduos que empreendem e as instituições formuladoras de políticas públicas são a vanguarda para propor estratégias de criação de ecossistemas regionais de inovação, começando pela promoção da cultura e educação empreendedoras atreladas ao desenvolvimento de *habitats* de inovação contendo, dentre outros, parque tecnológico, incubadoras, e “*clusters*”, além de investidores, suportados por programas de promoção da inovação orientados para o mercado mundial.

São propostas as seguintes áreas prioritárias de atuação visando constituir o meio adequado para prosperarem ecossistemas regionais de inovação:

- Cultura e Educação Empreendedora
- Segurança Jurídica
- Ambiente regulatório
- Ambiente confiável para investimento

Para uma prosperidade econômica nacional, reduzir a insegurança jurídica em todos os níveis do sistema de inovação, em particular no sistema tributário. Melhorar o ambiente regulatório no qual o empreendedor está inserido, criando políticas específicas para alavancar o empreendedorismo e a inovação.

Para o bem estar social, promover a cultura empreendedora e a inovação como item fundamental na educação de base e no ensino superior.

Para uma base de inovação sustentável, estimular as entidades setoriais a promover programas voltados para a cultura empreendedora, a inovação e o *mentoring*. Reduzir a burocracia para abertura e manutenção de empresas *startups*.

Para uma disseminação sustentável, criar programas que atinjam o ensino de base, mentores, conselheiros e investidores em torno dos temas empreendedorismo, *startups* e inovação. Criar mecanismos para atrair e possibilitar investimentos internacionais.

Para apoiar a reindustrialização, estímulo ao desenvolvimento de empresas *startups* que resultem em aumento da produção industrial no Brasil, com foco em novas tecnologias industriais, integração total entre produtos e serviços e atenção especial às cadeias produtivas nacionais e mundiais.

Acreditamos que um esforço colaborativo, contínuo e resiliente por parte das principais entidades tecnológicas, de investimento e de apoio, poderá obter uma crescente melhoria nas condições de base para o sucesso dos ecossistemas regionais de inovação, visando aumento da competitividade empresarial brasileira pela inovação em todas as áreas e esferas da sociedade.

Conclusões

Acreditamos que, além da melhoria do ambiente econômico, a competitividade empresarial brasileira pode ser fortalecida através de políticas públicas específicas focadas em inovação e empreendedorismo de alto impacto. Além disso, as entidades aqui representadas têm legitimidade para propor as mudanças necessárias, com o apoio dos principais atores, e construir um futuro para o setor empresarial brasileiro de acordo com a visão e estratégias hoje lançadas. Há a necessidade de usar os mecanismos constitucionais e políticos e precisamos de unidade para elaborar políticas e leis. Deve-se levar em conta que o empreendedorismo de alto impacto pode ser visto como um desafio a ser superado através de investimentos focados no cultivo de ecossistemas regionais de inovação, com retornos mais significativos para a prosperidade econômica nacional, a geração de riqueza compartilhada e o bem estar social da nação.

1. Introdução

O Conselho Superior de Inovação e Competitividade - CONIC/FIESP busca, por meio deste documento, iniciar o desenvolvimento de uma nova visão e estratégias para a inovação e empreendedorismo junto à sociedade brasileira, tem como objetivo **aumentar a competitividade empresarial brasileira** no próximo octênio, 2015-2022. Este documento também será utilizado como referência no Seminário **“ESTRATÉGIAS PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO – ECOSISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E STARTUPS DE CLASSE MUNDIAL”**, realizado na FIESP em 07 de outubro de 2014.

A inovação é crucial para o desenvolvimento econômico sustentável, para a competitividade e a resiliência industrial. Ainda que alguns estudos mostrem o Brasil com enorme potencial para a inovação e o empreendedorismo, as atuais políticas e práticas em vigência no país precisam de uma abordagem mais ousada para produzir os resultados desejados. Por exemplo, em relação a indústria, não estamos obtendo os resultados esperados: trabalho realizado pelo Decomtec/FIESP¹ mostra que a desindustrialização no Brasil, a partir de 1985, foi prematura, i.e., ocorreu antes da elevação da renda *per capita* da população a um patamar de US\$ 20.000 (hoje está em US\$ 10.300), como ocorreu nos países industrializados e vem ocorrendo nos países de industrialização recente. Países com taxas de crescimento do PIB acima da média mundial têm participação da indústria de transformação na economia acima de 20% do PIB. No Brasil, tivemos em torno de 13% em 2013.

Estamos diante de um cenário econômico, social e ambiental caracterizado por mudanças exponenciais. A história econômica do Brasil sempre apresentou grande sucesso com a produção e exportação de *commodities*, fruto de vantagens comparativas e da aplicação continuada de políticas públicas específicas para esse setor. No entanto, a participação de produtos de média e alta tecnologia na balança comercial brasileira vem apresentando déficits crescentes e em valores preocupantes nos últimos anos. Por outro lado, sete em cada dez empreendedores brasileiros iniciaram uma nova empresa em 2013 motivados por uma oportunidade de negócio e não para a sobrevivência por falta de emprego regular². No entanto, 50% das *startups* morrem em até quatro anos.

Portanto, ainda que desponte uma geração de jovens empreendedores, eles devem ser incluídos de forma sistêmica no desenvolvimento econômico do país. Para tanto, é fundamental a melhoria do ambiente econômico do Brasil, com ênfase na redução do Custo Brasil, a fim de garantir condições isonômicas de competição às empresas brasileiras. Além disso, é também importante, a exemplo do que vem fazendo Estados Unidos e Israel, a adoção de políticas públicas de fomento e regulatórias específicas para o empreendedorismo de base tecnológica.

Examinar as demais causas que têm inibido o Brasil de realizar seu potencial como líder inovador também é parte fundamental desse processo, assim como, estabelecer um plano de ação a ser executado pelos *stakeholders* do sistema nacional de inovação – governo, empresas, universidades -, e que tenha como objetivo principal criar

¹ Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP – Por que Reindustrializar o Brasil? S. Paulo, Agosto de 2013.

² Pesquisa GEM – Global Entrepreneurship Monitor, realizada pelo IBQP, FGV e SEBRAE, com dados de 2013. O Brasil teve o melhor desempenho no ranking de empreendedorismo por oportunidade entre os países dos BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul): quase 85% dos brasileiros consideraram abrir uma empresa como boa opção de carreira, acima do percentual da Rússia (66%), Índia (61%), China (70%) e África do Sul (74%).

uma estrutura robusta de estímulo às *startups* e ao empreendedorismo em condições de concorrer com os maiores ecossistemas regionais de inovação do mundo.

2. Diretrizes Gerais

Sem dúvida, o ambiente competitivo do Brasil está restringindo iniciativas inovadoras e o empreendedorismo. Além disso, a baixa taxa de inovação verificada entre os empreendimentos nacionais (Relatórios GEM, 2003, 2011, 2012 e IBGE, 2012)³ levanta a hipótese de outros fatores também estarem influenciando nestas iniciativas, como aqueles de ordem cultural e política.

Nos últimos anos, houve um enorme esforço para consolidar o marco legal da inovação no Brasil, principalmente, no que diz respeito à Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004), que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. Para as empresas, a consequência imediata da sua aprovação foi a ampliação dos mecanismos de subvenção e da equalização dos custos de financiamento, além da consolidação da Lei do Bem. No entanto, esses mecanismos necessitam de um constante aperfeiçoamento para que sejam mais eficazes e contribuam de maneira mais decisiva com a minimização dos obstáculos já citados.

2.1 Contexto Geral

O Brasil precisa de um projeto nacional de desenvolvimento que tenha entre suas principais metas tornar o país desenvolvido num curto período de tempo, isto é, que o país alcance uma renda per capita de US\$ 20 mil (o nível de entrada para ser considerado uma economia desenvolvida) e um índice de desenvolvimento humano (IDH) de aproximadamente 0,809 até 2034. Atualmente, a renda per capita brasileira é de US\$10,3 mil e o IDH de 0,718, que coloca o país na 84ª posição mundial no ranking de IDH (2011).

Para se atingir estas metas, conforme relatório já citado do Decomtec/FIESP, precisamos dobrar a renda média do brasileiro nos próximos 20 anos, o que demanda um crescimento do PIB per capita de 3,5% ao ano, com o respectivo aumento do PIB em 4% ao ano. Essa meta de crescimento é considerada factível tendo em vista o crescimento médio do PIB na última década: 3,6% ao ano. Ou seja, o maior desafio é manter essa taxa média de crescimento por um período de 20 anos, de 2014 a 2034, garantindo uma boa distribuição de renda e crescente qualificação dos trabalhadores e empreendedores.

Enquanto isso, a União Europeia e os Estados Unidos estão implantando políticas para reindustrializar suas economias. A União Europeia tem metas específicas para 2020, como a elevação da participação da indústria de transformação no PIB para 20%, e o aumento das taxas de investimento em sistemas produtivos e P&D. Já os Estados Unidos possuem um plano para revitalização da manufatura americana, anunciado em fevereiro de 2013, que envolve investir em tecnologias criadas nos Estados Unidos e em trabalhadores americanos, acabar com

3 Pesquisa GEM – Global Entrepreneurship Monitor, realizada pelo IBQP, FGV e SEBRAE e Pintec IBGE 2012.

incentivos fiscais a empresas que enviam postos de trabalho para fora do país, trazer postos de trabalho manufatureiros de volta ao país e abrir novos mercados para produtos fabricados nos Estados Unidos, além de posicionar indústrias americanas na liderança global em manufaturas avançadas.

Nos países da América Latina, segundo estudos do BID⁴, a produtividade total dos fatores econômicos é hoje fortemente influenciada pela produtividade do setor de serviços. De fato, em 2012, o setor de serviços no Brasil respondeu por 55,8% do PIB, enquanto a indústria de transformação ficou com 13,3%⁵. Um fator relevante, mas até agora pouco discutido em escala nacional.

Importante destacar que o nível de sofisticação e produtividade do setor de serviços requer uma estrutura industrial onde não haja desindustrialização prematura, além de ter predominantemente setores de alta e média alta tecnologia.

Outro agravante dos países latino americanos, em especial do Brasil, é a ineficiência dos serviços públicos, por exemplo, enquanto a tecnologia bancária brasileira é exemplo mundial de avanço e eficiência, os serviços de educação e saúde estão entre os piores das nações pesquisadas nos indicadores do *World Economic Forum* e *Global Innovation Index*. O impacto sobre o empreendedorismo é imediato: o tempo para se abrir e fechar uma empresa e os serviços de licenciamento para novos produtos são absolutamente defasados das necessidades de agilidade do mercado; e o serviço de patentes não se equipara ao que está disponível nos países que concorrem com o Brasil. Além disso, o custo interno do governo e das empresas para suportar o fisco é três vezes superior ao dos demais países, chegando a custar 3% do PIB. Esses fatores, somados aos já descritos, contribuem para a perda de competitividade do país, refletindo em todos os segmentos que poderiam adicionar valor e construir riqueza no país.

Nesse contexto de ambiente hostil ao investimento, principalmente, os de maior risco tecnológico, se faz premente uma abordagem incisiva e irreversível na definição e implantação de Políticas Econômica e Industrial que estimulem o investimento privado, o empreendedorismo e minimize o risco inerente à inovação. A atuação nestes fatores impactarão sobremaneira os ecossistemas de inovação do país.

Especificamente quando se trata destes ambientes, pode-se inspirar no que vem sendo feito em outros países. A ideia não é simplesmente reproduzir o que acontece nesses lugares, até mesmo porque isto é praticamente impossível devido aos elementos de ordem cultural que permeiam os ecossistemas de inovação, mas, sim, utilizar como referência, um norte. Citando o caso mais emblemático, o Vale do Silício (Califórnia, EUA), deve-se buscar entender os fatores que fazem desta região responsável por mais de 40% de todo o capital de risco voltado à inovação nos EUA e ser um dos maiores receptores de centros de inovação e/ou equipes voltadas à inovação de outros países, a exemplo da Finlândia, Dinamarca, Israel, Noruega, Coreia do Sul, Irlanda, Suíça, Índia, Cingapura, Alemanha, Polônia, Rússia, Chile, e Japão, entre outros.

4 Jose Miguel Benavente, Diretor de Competitividade e Inovação do BID Banco Interamericano de Desenvolvimento, em palestra no CONIC, 05/setembro/2014.

5 Panorama da Indústria de Transformação brasileira, 2a. edição, Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, FIESP.

2.2. Cultura de Inovação para os Ecossistemas Regionais de Inovação

Um trabalho de pesquisa em parceria com a Universidade de Berkeley (EUA) identificou onze fatores críticos que caracterizam a cultura de inovação presente no ecossistema de inovação do Vale do Silício. Estes fatores foram considerados a chave de seu sucesso (a ordem de apresentação a seguir não caracteriza importância).

- a) **DISSEMINAÇÃO DE SABERES:** modelos emblemáticos são prestigiados e difundidos (pessoas e organizações). Suas histórias são debatidas e difundidas.
- b) **AMBIENTE ABERTO À CURIOSIDADE E EXPERIMENTAÇÃO:** envolve aceitação do risco e do erro, a receptividade por parte de professores, cidadãos e financiadores potenciais para proposições "heterodoxas", não conformes.
- c) **FAZER DIFERENTE:** entendimento de que outras formas de fazer são possíveis de serem imaginadas e colocadas em teste.
- d) **COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e "PAY-FORWARD":** retribuição posterior a colaboração estabelecida, baseada na confiança.
- e) **DIVERSIDADE:** de raças, cores, credos, sistemas culturais, conhecimentos.
- f) **MECANISMOS DE INTERAÇÃO:** "*meet-ups*", concursos, apresentações de projetos, competições entre *startups*, entre outros.
- g) **CONFIANÇA (TRUST):** nas relações, no cumprimento de acordos pessoais entre as partes, na troca de informações e de ideias.
- h) **CRENÇA NA INOVAÇÃO:** por saber que outros conseguiram, existe uma crença embutida de que é possível fazer e inovar e existe a oportunidade do sucesso e da recompensa.
- i) **DISPONIBILIDADE DO CONHECIMENTO:** existe conhecimento científico e tecnológico de ponta amplamente disponível e acessível.
- j) **PESQUISA EM ABUNDÂNCIA:** conhecimento oriundo de pesquisa e de pesquisadores estrangeiros vivendo na região, ou interagindo com ela. Para tanto, há que existir universidades altamente qualificadas por perto, que servem de âncora para manter massa crítica.
- k) **PROXIMIDADE TERRITORIAL** entre os diferentes atores.

Tendo esses elementos em pauta, espera-se, que o fomento ao cultivo de ecossistemas regionais de inovação no Brasil contemple formas de inserir estes fatores no ambiente cultural dos ecossistemas, com o devido respeito a suas diversidades culturais, mas levando esses novos elementos a serem assimilados pelos atores locais.

3. Necessidade de uma Mobilização Nacional

O desenvolvimento de políticas públicas regionais e nacionais para empreendedorismo e inovação são de fundamental importância para o aumento da competitividade empresarial brasileira. Neste sentido, elas devem considerar a inovação sob os mais diferentes ângulos (por exemplo, tecnológico, organizacional e em serviços), mas também as dinâmicas específicas das *startups*.

O potencial que justifique novas políticas é enorme: no período de 2005 a 2008, as empresas consideradas de alto impacto, que representaram 1,7% de todas as empresas empregadoras nesse período, foram responsáveis por 50% dos novos postos de trabalho no Brasil⁶.

Conforme aponta Victor Hwang⁷, “o desenvolvimento de um ecossistema de inovação difere profundamente da visão convencional de encorajar a inovação na escala das pessoas ou de pequenos grupos.” Na escala do ecossistema de inovação, não se trata de tentar induzir inovações direcionadas, mas sim de formar o ambiente propício para o cultivo e florescimento de empreendimentos inovadores.

O CONIC, com a participação de seus membros, conselheiros e *keynote speakers* convidados, completou um primeiro levantamento para suportar as mudanças nas políticas públicas específicas para *Startups*⁸. Este documento foi construído por um processo participativo de dezenas de especialistas, empresários, acadêmicos, empreendedores, entre outros.

Acredita-se que os indivíduos que empreendem e as instituições formuladoras de políticas públicas são a vanguarda para propor estratégias de criação de ecossistemas regionais de inovação, começando pela promoção da cultura e educação empreendedoras atreladas ao desenvolvimento de *habitats* de inovação contendo, dentre outros, parque tecnológico, incubadoras, e “*clusters*”, além de investidores, suportados por programas de promoção da inovação orientados para o mercado mundial.

São propostas as seguintes áreas prioritárias de atuação visando constituir o meio adequado para prosperarem ecossistemas regionais de inovação:

- Cultura e Educação Empreendedora
- Segurança Jurídica
- Ambiente regulatório
- Ambiente confiável para investimento

Para uma prosperidade econômica nacional, reduzir a insegurança jurídica em todos os níveis do sistema de inovação, em particular no sistema tributário. Melhorar o ambiente regulatório no qual o empreendedor está inserido, criando políticas específicas para alavancar o empreendedorismo e a inovação.

6 Gilberto Sarfati /FGV- Empreendedorismo em Israel, apresentado na reunião Conic de 14.03.2014, dados IBGE, Demografia das Empresas, 2010.

7 HWANG, Victor. The rainforest: How “Chicago thinking” explains Silicon Valley. Palestra apresentada em fevereiro de 2012 na Escola de Direito da Universidade de Chicago.

8 Dinâmicas World Café, coordenadas pelo Prof. Wilson Nobre do Fórum de Inovação da FGV no âmbito do CONIC/FIESP de 14.03 e 04.04 de 2014 – Visão 2021 Competitividade e Inovação e Empreendedorismo de Alto Impacto.

Para o bem estar social, promover a cultura empreendedora e a inovação como item fundamental na educação de base e no ensino superior.

Para uma base de inovação sustentável, estimular as entidades setoriais a promover programas voltados para a cultura empreendedora, a inovação e o *mentoring*. Reduzir a burocracia para abertura e manutenção de empresas *startups*.

Para uma disseminação sustentável, criar programas que atinjam o ensino de base, mentores, conselheiros e investidores em torno dos temas empreendedorismo, *startups* e inovação. Criar mecanismos para atrair e possibilitar investimentos internacionais.

Para apoiar a reindustrialização, estímulo ao desenvolvimento de empresas *startups* que resultem em aumento da produção industrial no Brasil, com foco em novas tecnologias industriais, integração total entre produtos e serviços e atenção especial às cadeias produtivas nacionais e mundiais.

Acreditamos que um esforço colaborativo, contínuo e resiliente por parte das principais entidades tecnológicas, de investimento e de apoio, poderá obter uma crescente melhoria nas condições de base para o sucesso dos ecossistemas regionais de inovação, visando aumento da competitividade empresarial brasileira pela inovação em todas as áreas e esferas da sociedade.

4. Recomendações

Para as Instituições:

- Criar programas de estímulo a uma cultura focada em empreendedorismo e inovação.
- Promover programas de *mentoring* focados em empreendedorismo e inovação.
- Desenvolver programas educativos sobre empreendedorismo e inovação no ensino fundamental, ou seja, na base da educação.
- Estimular a formação de empreendedores nas universidades, através da criação de disciplinas voltadas ao tema empreendedorismo e inovação, alinhadas com o setor empresarial, no caso, de *startups*.
- Estabelecer uma agenda entre os atores envolvidos para transformar diagnósticos em planos de ação e criar uma estratégia de disseminação dos resultados obtidos.
- Criar um programa de conselheiros, mentores e investidores para as *startups* junto às universidades, incubadoras, aceleradoras para permitir um fluxo maior de conhecimento e capital na sociedade e consequentemente difundir a cultura empreendedora.
- Criar uma rede nacional de networking empreendedor (*University Technology Enterprise Network*) para juntar empresas com universidades, estimular *startups*, multidisciplinaridade, mudar a mentalidade dos pesquisadores e dos empreendedores.

Para Ações Coletivas:

- Mobilizar atores envolvidos no processo de mudança do ambiente legal e regulatório visando a implementação de reivindicações específicas para a promoção de *Startups*.
- Realizar um estudo de boas práticas (*benchmarking*) em países bem sucedidos quanto à criação de um ambiente regulatório específico para empreendedorismo e inovação.
- Integrar os interesses das empresas, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), governo e sociedade através de um marco regulatório conjunto e específico.
- Criar uma cultura empresarial, principalmente por parte das grandes empresas, que leve as suas demandas por inovações às universidades.
- Criar mecanismos para facilitar o acesso aos mercados de capitais internacionais.
- Promover ações sustentáveis, identificando vocações regionais no território nacional que possam ser capturadas como iniciativas de empreendedorismo e inovação.
- Promover um plano coletivo de comunicação da cultura da inovação e do empreendedorismo, em todos os níveis da sociedade, para que se multipliquem iniciativas nessas áreas.

Para os Legisladores:

- Aperfeiçoar o sistema nacional de inovação.
- Revisar o arcabouço legislativo do sistema tributário considerando o sistema nacional de inovação.
- Identificar políticas para melhoria do ambiente regulatório no qual o empreendedor está inserido.
- Reduzir os requisitos no processo de abertura de empresas *startups* e requisitos burocráticos, viabilizando a manutenção da empresa após o período inicial crítico (desburocratização).
- Revisar os requisitos legais trabalhistas e tributários para se adequarem à realidade das empresas *startups* nos primeiros anos de vida.
- Criar diretrizes que promovam a educação empreendedora no ensino de base.

Para Ações Individuais dos Atores Privados:

- Maior comprometimento do investidor privado com projetos empreendedores voltados à inovação de base tecnológica, chamando para si algumas das atribuições historicamente delegadas aos agentes de natureza pública.
- Procurar estabelecer modelos operacionais com instituições de ensino e pesquisa de longo prazo visando a formação de massa crítica especializada na criação de *startups*, seu desenvolvimento e sustentabilidade.

5. Conclusões

Acreditamos que, além da melhoria do ambiente econômico, a competitividade empresarial brasileira pode ser fortalecida através de políticas públicas específicas focadas em inovação e empreendedorismo de alto impacto. Além disso, as entidades aqui representadas têm legitimidade para propor as mudanças necessárias, com o apoio dos principais atores, e construir um futuro para o setor empresarial brasileiro de

acordo com a visão e estratégias hoje lançadas. Há a necessidade de usar os mecanismos constitucionais e políticos e precisamos de unidade para elaborar políticas e leis. Deve-se levar em conta que o empreendedorismo de alto impacto pode ser visto como um desafio a ser superado através de investimentos focados no cultivo de Ecossistemas Regionais de Inovação, com retornos mais significativos para a prosperidade econômica nacional, a geração de riqueza compartilhada e o bem estar social da nação.

São Paulo, Outubro de 2014.

Anexo

Propostas adicionais para cultivar uma cultura de inovação no Brasil

O IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade) e o CONIC/FIESP realizaram oficinas entre maio e agosto de 2014, com cerca de 60 especialistas do Paraná e de São Paulo, que foram questionados quanto a aspectos da cultura para inovação no Brasil, com base em elementos identificados em estudo internacional (Berkeley/Silicon Valley). Dessa consulta, resultaram as seguintes propostas:

- a) **PROGRAMA NACIONAL DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO:** convergência de agendas públicas e privadas, definindo estratégias integradas e estruturadas com ações de curto, médio e longo prazos, para efetiva construção de ecossistemas de inovação plenos. Sistema mais amplo cobrindo todo o ciclo de vida das *startups*. Mais modelos de inovação aberta. Parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras como de fato primeiro *pit-stop* de empresas inovadoras. Integração entre parques, incubadoras e aceleradoras, internos e externos ao Brasil. Disseminar ainda mais a formação de comunidades hélice-tripla; modelo mais adequado de participação do governo como elemento indutor e não complicador e burocrático; apropriar-se mais de conceitos de desenvolvimento regional e urbano (Cidades Inteligentes); avançar num Plano Diretor de fato sustentável, nos aspectos econômicos, sociais, institucionais, ambientais e culturais. Integrar as informações estruturais e comerciais dos parques, incubadoras e aceleradoras. Buscar especialização/tematização dos parques, incubadoras e aceleradoras. Criar um ciclo onde empreendedores de sucesso fomentem os de base, novos.
- b) **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO EFICIENTE ENTRE MUNDO DOS NEGÓCIOS, MUNDO LEGAL E ESFERAS PÚBLICAS:** criar um canal de comunicação para que as leis sejam revistas de modo a acolherem e estimularem novos negócios; ter uma plataforma de comunicação mais efetiva entre Ministérios e Secretarias Federais e Estaduais; maior transparência de informações e ações. Fortalecer ações na mídia que passem a mensagem de que a inovação e o empreendedorismo são motores para o desenvolvimento econômico.
- c) **ARCABOUÇO LEGAL FLEXÍVEL, ATUAL E TOLERANTE AO ERRO:** imperativo garantir a segurança jurídica aos investidores e investidos; modelos de negócios mais modernos e alinhados com legislação mais moderna.
- d) **SISTEMA PROFISSIONAL INTEGRADO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO:** de forma sistêmica, envolver a cadeia de investidores, universidades (de forma institucional ou por meio de seus professores como mentores ou investidores), passando pelas empresas e o governo.
- e) **LINHAS DE INVESTIMENTOS MAIS PRÓXIMAS AO EMPREENDEDOR NASCENTE (Startups):** desenvolver uma agenda entre investidores e o poder público para criar linhas de financiamento ao empreendedorismo, da mesma forma como, p.ex., a agricultura familiar; criar junto aos investidores microcrédito para fomentar

empreendedorismo de alto impacto; criar uma agenda de gestão de investimento proativa, e não reativa. Enquadramentos para que as *startups* tenham incentivos fiscais nos seus primeiros anos.

- f) **PROGRAMA INFANTO-JUVENIL DE ENSINO DO EMPREENDEDORISMO E DE CIÊNCIA:** incentivar o empreendedorismo e o ensino de ciências desde a infância. Um ponto crucial sobre o empreendedorismo é a educação financeira. Empreender é muito mais que uma pitada de paixão, coragem e ambição. É uma preparação inteligente; alinhar o ensino fundamental e médio ao cenário empreendedor (estimular os alunos com projetos reais). Promover cada vez mais concursos de diferentes naturezas empreendedoras.
- g) **SISTEMA DE MONITORAMENTO/INDICADORES DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA:** ter universidades mais conectadas ao mundo externo, visando remover “muros” e construir “pontes” entre as instituições (Governo, Academia, Empresa e Terceiro Setor); PRÊMIO SINTONIA SOCIAL para as melhores avaliadas.
- h) **PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE STARTUPS:** criar um plano de ação onde sejam proeminentes fatores estruturais como a educação para os empreendimentos de classe mundial, internacionalização, comércio internacional para produtos de alto valor agregado; processos que permitam aos empreendedores acesso a mercados internacionais; ênfase no mercado global.
- i) **REDE DE CO-WORKING:** espaços de trabalho colaborativos (por exemplo, co-Labs), e cidadão em parceria com a Prefeitura via tecnologia da informação (por exemplo, aplicativos).
- j) **PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA A INOVAÇÃO:** reformular o modelo atual de escola-ensino de universidades cuidadosamente selecionadas, levando-as a atuar mais como um Centro de Tecnologia, Pólos Tecnológicos, e Institutos de Tecnologia, etc. Estabelecer uma agenda em conjunto com as empresas e a indústria. Criar uma relação harmoniosa entre aprendizado e as questões de empreendedorismo e inovação. Promover um equilíbrio entre educação formal e informal, inserindo a educação ao empreendedorismo de alto impacto, com maior participação da sociedade. Buscar profissionalização dos gestores acadêmicos e da gestão de projetos (cumprimento de prazos, valores e qualidade das encomendas). Incrementar os investimentos na infraestrutura. Incrementar o reconhecimento aos acadêmicos empreendedores. Ter o empreendedorismo como opção empresarial e não como plano B ou C. Instituir o “resultado” como um dos valores nas Universidades. Incentivar projetos reais em sala de aula. Intensificar o ensino da gestão financeira de empreendimentos. Inovar não é fazer P&D.

Co-realização:



CONIC Conselho Superior de
Inovação e Competitividade



Coordenação:

